

A R T I G O S

Esforços no diálogo ecuménico inter-religioso e intereclesial

Entendemos o Ecumenismo como um assunto mais do âmbito da fé do que propriamente de planificação humana. Passados cerca de cinquenta anos, verificamos que as aproximações entre as diversas igrejas cristãs não são tão significativas como todos desejaríamos, mas impõe-se, talvez, uma séria e legítima interrogação aos critérios que nos levam a ajuizar as insuficiências e também aquilo a que alguns sectores teimam em chamar «becos sem saída». É evidente que ninguém sabe que tempo é necessário para poderem ser substancialmente palpáveis os frutos de tanto esforço, pelo menos os frutos que entendemos serem os que se esperavam.

Rui A. Costa Oliveira

Centro de Estudos em Ciência das Religiões

Aspectos introdutórios

A consistência da afirmação corrente de que a religião é um fenómeno inerente a qualquer cultura humana está profusamente atestada por todas as Ciências Humanas, e com especial propriedade pelas sócio-antropológicas e político-históricas que privilegiam o estudo das sociedades humanas, nas quais sempre foram detectadas manifestações de crença religiosa ou de carácter religioso.

Em conformidade com os seus objectivos, os investigadores, ao longo dos tempos, têm agrupado de maneira diversa, as diferentes formas de expressão religiosa dos povos estudados. Assim, no campo da Sociologia (Etnologia e Antropologia), Émile Durkheim¹ e James Frazer² identificam nas religiões a função integradora do homem na sociedade, vendo, nos fenómenos da cariz religioso, a génese da organização social – «a religião é uma

¹Émile DURKHEIM (1858-1917), de nacionalidade francesa, dedicou a sua vida ao Ensino e à Investigação no campo da Sociologia, de que chegou a ser titular catedrático da Sorbonne, em 1906. Parte dos seus estudos incidiram no fenómeno religioso que, segundo ele, estaria na base dos comportamentos sociais: «os primeiros sistemas de representações que o homem produziu do mundo e de si próprio são de origem religiosa». Da sua bibliografia, destacam-se *O Suicídio* (1897), *As Regras do Método Sociológico* (1899) e *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912).

²James FRAZER, intelectual britânico (1854-1941), dedicou-se ao estudo da Etnologia e Antropologia, chegando a catedrático da Universidade de Liverpool, em 1907. Da sua extensa obra literária destaca-se *O Ramo de Ouro*, livro em que o autor analisa «as crenças, os costumes e as superstições das civilizações antigas clássicas, dos povos primitivos e das “massas populares” dos povos civilizados».

coisa eminentemente social» – e que as religiões, tal como as comunidades humanas, evoluem das formas mais elementares e simples para as mais complexas; e Malinowski³ defende a opinião de uma relação dinâmica entre o homem e a cultura, e reconhece na religião o papel normativo e de arrimo emocional da confiança do homem para enfrentar um mundo ameaçador e incontrolável.

Ora, partindo deste princípio evolutivo das religiões e respeitando uma certa cronologia da mesma evolução na organização social das comunidades humanas, poderemos agrupar as religiões e as não-religiões (ou filosofias de cunho religioso), de uma forma talvez demasiado simplificada, mas em quatro grandes grupos: Panteístas, Politeístas, Monoteístas e Ateístas.

PANTEÍSTAS = DEUS É TUDO – Encontram-se traços de sociedades panteístas ao longo da *Pré-História*, até ao início da civilização Suméria e à invenção da escrita (c. 3300 a.C.). Estas sociedades primordiais – recolectoras, agrárias, xamânicas, célticas, druídas, amazónicas, índias, africanas – eram sociedades ágrafas (sem escrita) e os seus cultos e ritos fundiam-se numa memória ancestral que se transmitia de forma oral, ao longo das gerações.

POLITEÍSTAS = DEUS É PLURAL – Predominaram, essencialmente, na *Idade Antiga* e *América pré-colombiana* (desde c. de 3300 a.C. até à Era Axial, 1000 a 800 a.C.). Eram as religiões da Grécia e da Roma Antiga, do Egipto, Xintoísmo, Nórdicos, Aztecas e Maias. Privilegiavam uma referência escrita aos mitos de origem e à adoração de divindades antropomorfizadas, representadas em imagens.

MONOTEÍSTAS = DEUS É UM – Estas religiões surgem na *Era Axial* e *Idade Média* e robustecem-se institucionalmente até aos nossos dias: Bramanismo, Zoroastrismo, Judaísmo, Cristianismo, Islamismo, Shikismo. Os ensinamentos estão compilados nos Livros Sagrados que constituem a Revelação divina.

Como curiosidade, de todas as religiões, os monoteísmos e também as monolatrias são as religiões organizadas que mais frequentemente, ao longo das suas histórias, geraram focos intensos de intolerância que desembocaram em acções de atroz guerra fratricida.

ATEÍSTAS = DEUS É NADA – Surgem, no Oriente, por volta do séc. V a.C.; e, no Ocidente, após a Renascença, já na Modernidade, com a expansão do Conhecimento Científico.

No Oriente: *Taoísmo, Confucionismo, Budismo, Jainismo*.

No Ocidente: *Iluminismo e Positivismo*. Os ensinamentos geralmente são constituídos por textos de carácter filosófico da autoria de pensadores «iluminados».

A partir do século XVIII, emerge o que é considerado, por alguns autores, como uma segregação do pensamento de inspiração ateísta – o **NEOPANTEÍSMO** –, e nele se inscrevem: o *Racionalismo Cristão*, o *Neo-Gnosticismo*, a *Teosofia*, o *Bahaísmo*, a *New-Age* e inúmeras religiões esotéricas (de fundo espírita ou astrológico).

Deixamos uma grande ressalva para este quadro em que agrupámos as grandes religiões, pois reconhecemos o risco das formas expositivas demasiado simplificadas ou aligeiradas que, num caso ou noutro, podem surgir como pouco precisas ou incompletas, mas esta sequência cronológica em que foram apresentados os grupos de religiões tem mais a ver com o método a que recorreremos, de ajuda na elaboração do

³ Bronislaw MALINOWSKI (1884-1942), antropólogo e etnólogo inglês. Os seus estudos foram amplamente dedicados às sociedades autóctones da Polinésia e Nova Guiné.

texto, do que propriamente com realidades rigorosamente constatadas, pois, obviamente, conhecem-se contemporaneidades religiosas de diversos registos sem que tenha havido, necessariamente, uma correspondente sequência evolutiva das expressões religiosas, tal como, eventualmente, pode transparecer da forma como estão aqui explicitadas. E poderíamos adiantar inúmeros elementos ou resquícios panteístas e politeístas no seio de comunidades monoteístas e em textos do ateísmo. Por exemplo, apontamos o Panteísmo como uma das características religiosas de comunidades humanas da Pré-História, mas não desconhecemos o seu peso nas filosofias do *Estoicismo*⁴ e do *Neoplatonismo*⁵, assim como, já no século XVII, no axioma teológico de Spinoza – «*Deus sive natura*» – de resquício panteísta, que explica: «*fora de Deus não pode existir, nem se pode conceber substância alguma*»; ou, ainda, na passagem do século XVIII para XIX, em Hegel, que «*identifica Deus com o dinamismo da Natureza e o devir da história humana*».

Esta incursão pela fenomenologia das religiões pretende apenas abrir o grande mapa do mundo religioso e permitir perceber a vastidão e a profundidade que qualquer tentativa ecuménica encontra, e as dificuldades com que sempre se depararão aqueles que anseiam, para em tempo útil das suas vidas, verem os resultados dos seus esforços. Parecendo-nos inglória tão ousada expectativa!

O vocábulo «Ecumenismo» e a história das suas funções qualificativas no domínio profano e religioso

Torna-se absolutamente necessária uma incursão histórico-etimológica pelos domínios genésicos do termo *Ecumenismo*, como meio de fazer alguma luz sobre a sua evolução semântica e sobre os conceitos subjacentes que, ao longo da história, determinaram o seu uso em diversos contextos.

Assim, para um helénico, o vocábulo οἰκουμένη [*ecumenismo*, em que está subentendido o vocábulo *terra* (γῆ)], significava a «terra habitada», o «mundo conhecido», o «Universo». «*Terra habitada*» queria dizer *povo civilizado* (com cultura aberta), *cosmovisão unificada civilizacional*. Portanto, este termo, para os gregos, continha *uma perspectiva geográfica e uma perspectiva cultural*.

Mais tarde, sob o domínio romano, o vocábulo adquirirá outra consonância, determinada pelo alargamento das fronteiras políticas e abandonando a restrição do espaço grego. Desta forma, para um cidadão do Império, onde o Grego é língua corrente ao lado do Latim, o termo *Ecumenismo* continha, além das *perspectivas geográfica e cultural*, também a *perspectiva política*.

Posteriormente, em registo do cristão, o vocábulo, mais uma vez, será enriquecido com uma nova conotação, mas, desta vez, de dimensão espiritual. Nele, estarão presentes as perspectivas *geográfica, cultural, política e espiritual*. A noção de *Terra habitada* transforma-se em *Terra habitável*, que significará *Casa da Família Humana* que não se

⁴ Escola filosófica do séc. IV a.C. (f. Zenão de Cício), cuja doutrina atravessou e influenciou o pensamento humano, desde a Antiguidade até à actualidade. Um dos seus enunciados alude a uma Razão divina ligada a uma Ordem Perfeita do Mundo que encontra expressão num Direito Natural que conduz o mundo e as criaturas.

⁵ Escola filosófica, fundada em Alexandria no séc. II d.C. (f. Amónio Saccas) que, num dos seus princípios, defende a teoria da emanção divina de que derivam todas as coisas e que se vão tornando menos perfeitas quanto mais se afastam da sua origem.

encerra, exclusivamente, na História. De uma forma culminante a nova OIKOYMENH significará *a Obra de Deus* (chamamento) a que se acrescenta *a colaboração humana*.

O termo *ecumenismo* entra na linguagem do Novo Testamento, primeiramente, com a correspondente noção grega e romana e vai, pouco a pouco, transformando-se para o sentido de *um Devir a construir*.

Na linguagem eclesiástica, surge no século IV, numa referência ao Concílio de Niceia (325) que é denominado Concílio Ecuménico. Posteriormente, foi adoptado pela Igreja Católica para referir uma autoridade normativa de âmbito universal. Com a queda do Império Romano, o termo deixa de ter qualquer conotação política, passando unicamente a ser registado no âmbito eclesiástico. Assim, referem-se três grandes doutores do Cristianismo – Basílio, o Grande, Gregório de Nazianzeno e João Crisóstomo – como «doutores ecuménicos», porque são personalidades proeminentes reconhecidas, universalmente, por toda a Cristandade. Da mesma forma, aplica-se o termo *ecuménico* aos Credos da Igreja Antiga, professados pela totalidade dos Cristãos: Credo Apostólico, Credo Niceno-Constantinopolitano e Credo de Santo Atanásio.

Durante o século XIX, com a criação da Aliança Evangélica (1846) para preparar um «Concílio Ecuménico Evangélico Universal», o termo passou a ter um novo significado, mais relacionado com uma *atitude* do que propriamente com um *facto*. Evoluindo para um sentido de união de Igrejas, com objectivos de construção e garantia da paz, como sucedeu, por sugestão da Igreja luterana, depois da Primeira Grande Guerra.

Com a criação, em 1948, do CMI (Conselho Mundial das Igrejas), o termo *ecumenismo* assume já o propósito de designar os esforços entre Igrejas com vista a uma reconciliação cristã que aceite a realidade da diversidade, dentro do mesmo Cristianismo.

* * *

Actualmente, o termo *Ecumenismo*, pelo seu sentido fonético-semântico, evoca comunhão, evoca esforço de convergência de pontos de vista, de cariz religioso, evoca práticas de convergência intereclesiais ou inter-religiosas visando determinados fins. Quando o termo é aplicado no âmbito das relações das Igrejas Cristãs, normalmente é entendido como passos na entabulação do diálogo com o fim de se dirimirem e ultrapassarem questões antigas, essencialmente de razão doutrinária, com o sentido de uma aproximação; quando o âmbito é o das Religiões, entendem-se estas aproximações mais como plataformas de entendimento comuns, no intuito de se adoptarem estratégias de acção para fins essencialmente humanitários ou de pacificação social, mas sempre acautelando os espaços de influência e de acção de cada religião.

De cada vez que se deram quaisquer passos de aproximação, sempre se geraram expectativas, maximalistas/optimistas e minimalistas/cépticas, conforme os quadros geográfico-sociais e histórico-políticos em que emergiam. Quando essas tentativas se prolongavam ou se tornavam mais frequentes, envolvendo os crentes e as instituições de uma forma organizada, passaram a ser identificadas como *Movimentos*, de carácter *intereclesial* (quando dentro da mesma confissão religiosa) ou de carácter *inter-religioso* (quando envolviam mais do que uma instituição de religião diferente).

Supomos que, primeiramente, terá surgido o *Movimento inter-religioso*, visando criar patamares de entendimento e de tolerância, entre populações de religiões diferentes, ditados pela necessidade de se estabelecerem relações comerciais. Conhece-se hoje

o papel relevante que o intercâmbio comercial desempenhou na difusão das ideias religiosas, como, por exemplo, a expansão do Budismo para a China e Japão; do Cristianismo para África, Ásia e Américas; e do Islamismo para a Índia e Indonésia.

Quanto ao *Movimento intereclesial*, alguns dos textos pioneiros encontram-se em registo protestante, anglicano e ortodoxo e, só mais tardiamente, é que surgem os católicos romanos. Deixamos aqui os nomes mais significativos dos membros de cada igreja, que mais marcaram a acção do Movimento Ecuménico:

PROTESTANTES	1907- - Elisabeth BEHR-SIGEL
1862-1929 - Charles BRENT	1925-1986 - Nikos NISSIOTIS
1863-1940 - Lewis-Thomas WATTSON	1936- - Damasknos PAPANDREOU
1865-1955 - John RALEIGH	
1866-1944 - Nathan SÖDERBLOM	CATÓLICOS ROMANOS
1874-1969 - Joseph Houldsworth OLDHAM	1801-1890 - John Henry NEWMAN
1881-1970 - Marc BOEGNER	1810-1903 - LEÃO XIII
1886-1968 - Karl BARTH	1851-1926 - Désiré-Joseph MERCIER
1900-1985 - W. A. VISSERT HOOFT	1855-1926 - Fernand PORTAL
1902-1980 - Hebert ROUX	1873-1960 - Dom Lambert BEAUDUIN
1902-1999 - Oscar CULLMAN	1881-1953 - Paul COUTURIER
1906-1945 - Dietrich BONHOEFFER	1881-1963 - JOÃO XXIII
1915-2003 - Heinz ZAHRT	1881-1968 - Agustín BEA
1917-1994 - Jean-Jacques von ALLMEN	1897-1976 - PAULO VI
1917-1987 - Georges CASALS	1897-1991 - Christophe DUMONT
1921-1996 - Max THURIAN	1900- - Maurice VILLAIN
1921- - Philip POTTER	1901-1999 - Jean GUITTON
1924- - José MIGUEZ BONINO	1904-1995 - Yves CONGAR
1926- - Lukas VISCHER	1905-1974 - Jean DANIELOU
1929- - Harding MEYER	1909-2000 - Gustave THILS
1929-1968 - Martin LUTHER KING	1909- - Johannes WILLEBRANDS
1933- - Antonio ANDRES PUCHADES	1911-1998 - Heinrich FRIES
1934- - Julio de SANTA ANA	1914- - Roger AUBERT
1938- - James H. CONE	1920-1988 - Marie-Joseph LE GUILLOU
1949- - André BIRMELE	1920- - Julián GARCÍA HERNANDO
	1923- - Gregory BAUM
ANGLICANOS	1923- - François BIOT
1800-1882 - Edward PUSEY	1923- - Jos LESCRAUWAET
1839-1934 - Lord HALIFAX	1923- - Ramón TORRELLA
1882-1944 - William TEMPLE	1924- - José SANCHEZ VAQUERO
1900-1984 - Stephen NEILL	1925- - Bernard DUPUY
1872-1956 - Ruth ROUSE	1925- - René BEAUPÈRE
	1926- - Christian DUQUOC
ORTODOXOS	1926- - Joan BOTAM
1886-1972 - ATENÁGORAS I	1927- - Jean-marie TILLARD
1874-1948 - Nicolás BERDIAEFF	1928- - Hans KÜNG
1901-1970 - Paul EVDOKIMOV	1935- - Antoni MATABOSCH
	1935- - Hervé LEGRAND

Para uma definição do Ecumenismo

A partir da experiência eclesiástica

Têm sido diversos os contributos, a partir das as igrejas cristãs, na definição do termo «ecuménico», podendo resumir-se deles, o posicionamento de boa fé, solidário e fraterno da conciliação, com esforços de compreensão e de ajuda mútua no trabalho de missionação e de evangelização, apesar das diferenças de interpretação teológica que prevalecem. Podendo ser ressaltados três elementos essenciais:

- *Originalidade* (experiência inédita que abre novas perspectivas);
- *Atitude e desejo de diálogo* (atitude do espírito de abertura);
- *Espiritualidade* (a unidade só pode ser obra de Deus, por isso impõe-se a atitude orante de todos os cristãos; embora se reconheçam alguns frutos, na simples concretização da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, de 18 a 25 de Janeiro de cada ano).

A separação não vem só dos pontos doutrinários, ela radica também em diversas cosmovisões (p. ex., *latinismo* do Catolicismo romano; *germanismo* do Luteranismo; *britanização* do Anglicanismo, apresentados como essencialmente evangélicos).

A partir da sociologia religiosa

Como *movimento social*, o ecumenismo socorreu-se dos especialistas, das hierarquias, dos teólogos para os combates ideológicos e culturais.

Como *instituição* de inspiração religiosa, o ecumenismo passou a socorrer-se mais dos profetas e dos visionários (p. ex., as grandes concentrações de Taizé, iniciadas, em 1940, pelo Irmão Roger, há dias vitimizado, às mãos de uma crente tresloucada).

Diversidade de Ecumenismos

Para Yves Congar o Ecumenismo é um todo: «Centra-se na unidade da Igreja e na unidade da Humanidade.» Pretende-se, por isso, que seja abarcante e difuso, atingindo os aspectos: doutrinal, prático, teológico, espiritual e sócio-político.

Ecumenismo Institucional

Historicamente, foram as *iniciativas individuais*, de homens carismáticos, que encetaram o movimento ecuménico, que a passo se foi institucionalizando, a partir das organizações eclesiais a que pertenciam esses pioneiros.

Em 1846, em Londres, e como forma de enfrentar o desgaste provocado nas fileiras dos crentes evangélicos, pela intolerância, perseguição e morte, em grande parte da Europa e pela fragmentação extrema (mais de 200 denominações e seitas) sofrida na América, foi criada a Aliança Evangélica que susteve a ameaça de desagregação que pairava sobre o Protestantismo.

Em 1905, conjugaram-se esforços de fortalecimento do Protestantismo com a criação, na América, do Conselho Nacional das Igrejas; e, em 1910, esses esforços continuaram, em Edinburgo, com a Conferência Mundial de Cooperação que floresceu e se ampliou com o Conselho Internacional de Missões, em 1921; com o Conselho Universal da Vida e do Trabalho, em Estocolmo, em 1925; e com o estabelecimento do Conselho Mundial da «Fé e Ordem», em Lausanne, em 1927. Diversas diligências encetadas a partir de 1937 (Oxford e Edinburgo) e 1938 (Utrecht e Clarence) pretenderam delinear planos de aproximação de diversas tendências evangélicas, com vista à criação de um Conselho Mundial de Igrejas, no entanto, devido a alguns precalços nos ajustamentos internos e à emergência da II Guerra Mundial, só em 1948, em Amesterão, foi possível assistir a essa grande concretização ecuménica que, nesse primeiro momento, reuniu 197 denominações.

Foram vividos momentos de intenso júbilo que levaram os mais optimistas a acreditarem que teriam dado o grande passo na congregação da «Grande Igreja Vindoura»⁶, como se pode perceber no seguinte extracto:

«A Divisão de Estudo do Conselho [CMI] está-se desenvolvendo qual árvore plantada junto às fontes de água. Através deste meio toda uma nova geração de educadores de mentalidade ecuménica, teólogos e homens de igreja estão sendo preparados para a liderança ecuménica. O Instituto Ecuménico do CMI em Bossey, Suíça, incluindo a Escola Pós-Universitária de Estudos Ecuménicos, tem agora filiais nas universidades-chave em todo o mundo, onde se ensina à cristandade a “pensar ecumenicamente”. [...]

Sob a “tenda” está uma ampla variedade de igrejas que apresentam entre si grande divergência sobre doutrina teológica, política, eclesiástica e culto. Há unitários e trinitários. Há liberais, evangélicos, neo-ortodoxos, arménios, calvinistas, luteranos, velhos-católicos, ortodoxos orientais e anglicanos. Há igrejas que acreditam na “sucessão apostólica”, veneram a Virgem Maria e os Santos, além daqueles de tradição profundamente protestante. Há sistemas congregacionais, presbiterianos, episcopais e católicos de política de igreja. Há igrejas nacionais que acreditam na união da Igreja e o Estado e há igrejas livres, as quais se opõem a essa doutrina. Há conceitos pietistas e corporativistas sobre a vida cristã. Há uma dúzia de diferentes ritos de comunhão e cultos. Há muitas tradições raciais e nacionais. A manifestação da unidade espiritual em meio de tão grande diversidade de doutrinas e práticas tem seus aspectos encorajadores. Mas, se deve haver a unidade efectiva, prática, visível e orgânica que caracterizava a Igreja do Novo Testamento, há pouca evidência de obediência aos seus elementos essenciais neste Conselho.»⁷

Às portas do Vaticano II, no trabalho de preparação das Comissões que se debruçariam na análise das comunicações e textos conciliares, foi criado, pela Igreja Católica Romana, o Secretariado Romano para a Unidade dos Cristãos que, mais tarde, elaborou o Directório Ecuménico. Seguiram-se os convites às Igrejas Ortodoxas, Anglicana e Evangélica para assistirem, como observadores, aos trabalhos do Concílio, permitindo-se-lhes certa interferência indirecta, através das agências de diálogo estabelecidas para o efeito.

⁶ Termo usado pelos ecumenistas para designarem a futura igreja ecuménica universal (cf. James De-Forrest Murch, in *A Aventura Ecuménica*, São Luiz do Maranhão, 1963, Livraria Editora Evangélica).

⁷ IDEM, *ibidem*, pp. 22-24.

Todos estes desenvolvimentos, associados à adesão plena da Igreja Ortodoxa ao CMI, suscitaram tal entusiasmo no seio do Protestantismo e em especial naqueles que se empenhavam no Movimento Ecuménico que, por algum tempo, pareceu obliterarem-se os históricos ressentimentos ou reservas, chegando a manifestar-se desta forma animada e quase diríamos poética:

«Os protestantes familiarizaram-se com as vestimentas rendadas e recamadas de ouro do clero ortodoxo, e com as suas mitras e insígnias de distinção hierárquica ornamentadas de jóias. Os evangélicos aprenderam a realizar o culto usando em conjunto com os grandes professores ecuménicos, com os hierárquicos e com os santos da tradição católica grega, as liturgias elaboradas, nas quais “a nossa toda imaculada *Theotokos* e sempre Virgem Maria” era invocada, para interceder junto a Cristo, a fim de obterem uma resposta às orações. Os protestantes estão sendo preparados psicologicamente para o inevitável. A própria Igreja Católica Romana está a par das mudanças que se estão verificando nas igrejas não-romanas e que tão bem se manifestaram no Conselho Mundial das Igrejas. Pela primeira vez em 500 anos o Papa e outros líderes da Igreja falaram amigavelmente com os seus “irmãos separados” e promoveram contactos conciliatórios. Foi convocado [...] um Concílio Ecuménico [...] para modernizar a sua estrutura e assim apresentar-se ao mundo de modo que os não-romanistas possam voltar a “um único curral e um único Pastor”».»⁸

E todo este optimismo não se ficava pelos aspectos puramente organizativos ou de deslumbre litúrgico, eles iam mais longe, tocavam mesmo o âmago teológico das divisões, como se depreende das palavras do Dr. John R. Scotford, nas páginas do *The Christian Century*, a respeito da missa:

«A verdadeira sagacidade da Igreja Católica Romana está na sua habilidade de tornar Deus real a todas as raças humanas. Há devotos desatentos ante os seus altares... porém, ainda assim a chama divina está presente num número suficiente de corações e com frequência bastante para fazer da Missa Romana o maior culto religioso conhecido pelo homem. O silêncio que envolve todas as congregações no momento da hóstia consagrada ser elevada, não tem nada de efeitos teatrais sabiamente arranjados; algo está realmente acontecendo nos corações de muitas pessoas... O poder da missa é um facto do qual os protestantes não podem escapar...»

acrescidas das palavras de James DeForest Murch, na obra consultada:

Portanto, o pensamento dos líderes da Igreja Protestante está sendo bem condicionado para tomar os passos que os levarão ao caminho de Roma.»⁹

O Ecumenismo institucional dava os seus primeiros passos que, anos mais tarde, se revelariam de pouco sucesso. E este parcial insucesso começou pela dificuldade em reunir sob uma mesma estrutura todos os evangélicos, e disso se lamentava o Conselho Mundial das Igrejas:

⁸Dr. John HUTCHINHU, *We Are Not Divided*, apud James DeForrest MURCH, *A Aventura Ecuménica*, São Luiz do Maranhão, 1963, Livraria Editora Evangélica, pp. 80-81.

⁹James DeForrest MURCH, *ob. cit.*, p. 80.

«... Há mais e trinta milhões de protestantes [em 1963] que são membros de igrejas que não fazem parte do CMI. [...] O Conselho não logrou reunir qualquer parcela considerável das igrejas evangélicas da América Latina, da África, do Sudeste da Ásia e da Oceania. Dos 40 000 missionários protestantes de todo o mundo, aproximadamente 30 000 estão fora da órbita do Conselho Mundial.»¹⁰

Que razões persistiam para que esses entusiasmos dos inícios fossem progressivamente arrefecendo? A resposta, amadurecida pelo distanciamento temporal, parece, hoje, consensual e reside no facto do *Ecumenismo oficial* surgir a partir das Instituições que nomeiam os seus representantes «controlados» pelas respectivas hierarquias. Este Ecumenismo fere a ambiência ecuménica natural que emerge das vontades livres e despreconceituosas. Dota de muitas acções calculadas e de defesa as iniciativas, fazendo transpirar sentimentos de incapacidade e de esgotamento, pela exiguidade dos resultados palpáveis imediatos e, por isso, é considerado por muitos como um Ecumenismo *em crise*.

Ecumenismo Espiritual

O Ecumenismo Espiritual foi retomado dos primeiros impulsos ecuménicos e reside, essencialmente, na expressão da oração de prece, realizada em comum, pela Unidade dos Cristãos. Também ele se mostra de alguma forma ferido, pois apresentam-se de difícil conciliação os aspectos relativos à participação da Eucaristia (*communio in sacris*¹¹), apesar dos esforços, nesse sentido, desenvolvidos pelo padre Paul Conturier, da parte católica, e do teólogo reformador, Oscar Cullman, por parte dos protestantes.

¹⁰ James DeForrest MURCH, *ob. cit.*, p. 88.

¹¹ «*Comunhão nas coisas sagradas*» é a expressão que, no seio do Catolicismo romano, designa a participação dos fiéis de diversas confissões na celebração dos sacramentos e noutros actos litúrgicos. No caso da Eucaristia, mantêm-se as permissões (Igrejas Orientais) e os interditos (Igrejas Evangélicas) que vigoravam antes do Concílio Vaticano II, pelas razões que os nn. 29-30 da Enc. *Ecclesia de Eucharistia*, de João Paulo II, bem explicitam: «A assembleia que se reúne para a celebração da Eucaristia necessita absolutamente de um sacerdote ordenado que a ela presida, para poder ser verdadeiramente uma assembleia eucarística. Por outro lado, a comunidade não é capaz de dotar-se por si só do ministro ordenado. Este é um dom que ela recebe através da sucessão episcopal que remonta aos Apóstolos. É o Bispo que constitui, pelo sacramento da Ordem, um novo presbítero, conferindo-lhe o poder de consagrar a Eucaristia. Por isso, “o mistério eucarístico não pode ser celebrado em nenhuma comunidade a não ser por um sacerdote ordenado, como ensinou expressamente o Concílio Ecuménico Lateranense IV”. Tanto esta doutrina da Igreja Católica sobre o ministério sacerdotal na sua relação com a Eucaristia, como a referente ao sacrifício eucarístico foram, nos últimos decénios, objecto de profícuo diálogo no âmbito da acção ecuménica. Devemos dar graças à Santíssima Trindade pelos significativos progressos e aproximações que se verificaram e que nos ajudam a esperar um futuro de plena partilha da fé. Permanece plenamente válida ainda a observação feita pelo Concílio Vaticano II acerca das Comunidades eclesiais surgidas no Ocidente depois do século XVI e separadas da Igreja Católica: “Embora falte às Comunidades eclesiais de nós separadas a unidade plena conosco proveniente do Baptismo, e embora creamos que elas não tenham conservado a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, sobretudo por causa da falta do sacramento da Ordem, contudo, quando na Santa Ceia comemoram a morte e a ressurreição do Senhor, elas confessam ser significada a vida na comunhão de Cristo e esperam o seu glorioso advento.” Por isso, os fiéis católicos, embora respeitando as convicções religiosas destes seus irmãos separados, devem abster-se de participar na comunhão distribuída nas suas celebrações, para não dar o seu aval a ambiguidades sobre a natureza da Eucaristia e, conseqüentemente, faltar à sua obrigação de testemunhar com clareza a verdade. Isso acabaria por atrasar o caminho para a plena unidade visível. De igual modo, não se pode pensar em substituir a Missa do domingo por celebrações ecuménicas da Palavra, encontros de oração comum com cristãos pertencentes às referidas Comunidades eclesiais, ou pela participação no seu serviço litúrgico. Tais celebrações e encontros, em si mesmos louváveis quando em circunstâncias oportunas, preparam para a almejada comunhão plena incluindo a comunhão eucarística, mas não podem substituí-la.»

Ecumenismo Local

Este Ecumenismo é consubstanciado pela presença de elementos leigos das paróquias, que constituem «a base» humana do grande Povo de Deus. Grupos informais, grupos de oração, encontros paroquiais, reuniões de «casamentos mistos». Embora, neste ecumenismo se reconheça o contributo das vivências comunitárias, frequentemente é visto com alguma desconfiança pelas hierarquias.

Ecumenismo Secular

Muitos autores vêem no Ecumenismo Secular o degrau último da evolução ecuménica, e que culmina um processo com os seguintes passos:

- *iniciativas ecuménicas dos primórdios* (Aliança Evangélica, 1846; Federação Mundial dos Estudantes Cristãos, finais do século XIX), da responsabilidade de leigos, à margem das hierarquias;
- *etapa eclesiástica*, em que as hierarquias das igrejas dirigem e fomentam as iniciativas e que dão corpo institucional a diversas organizações intereclesiais;
- *etapa do ecumenismo secular*. Esta etapa parte da situação considerada «beco sem saída» do ecumenismo eclesiástico. É uma etapa que põe o seu mais forte acento na ideia de que a obrigação de qualquer cristão é, em primeiro lugar, a reconciliação universal e não tanto a reconciliação intereclesial que, apesar de importante, parece ter chegado a um impasse.

Considerada esta conclusão, poder-se-á afirmar que o esforço ecuménico se tem desenvolvido por fases evolutivas com correspondentes objectivos, algo diferenciados, e que podem ser resumidos da seguinte forma:

<i>Iniciativas dos primórdios</i>	--> Unidade dos Cristãos;
<i>Etapa eclesiástica</i>	--> Unidade das Igrejas;
<i>Etapa secular</i>	--> Unidade da Humanidade.

Unidade

Os aspectos concernentes à Unidade recorrem forçosamente aos conteúdos conceptuais do Cristianismo e mergulham fundo na dimensão espiritual da sua doutrina. A Unidade embora se entenda e se explique, ela radica no valor de uma relação bi-unívoca (Deus-Homem-Homem), em que um Elemento da relação não é objectivável, é velada a sua total percepção, está abscondito. Por isso, a Unidade apresenta-se aos Cristãos sob dois aspectos:

Unidade invisível – Comungada por todos os Cristãos na Profissão de Fé no Deus Trino (Pai-Filho-Espírito Santo).

Unidade visível – Segundo a Igreja Católica, expressa na *Profissão de Fé unânime*: um só Senhor; uma só Igreja; um só Baptismo; uma só Fé; um só Espírito.

- *Unidade litúrgica e sacramental*: Um Único Pão.
- *Unidade de Vida Comunitária*: Um Único Corpo e muitos membros (diácono, presbítero, bispo – Papa) e um só rebanho.

Alguns outros sinais visíveis de Unidade: Conselho Ecuménico das Igrejas; Secretaria do Romano para a União das Igrejas e Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos; As Comunhões Cristãs Mundiais; Comunhão Anglicana; Aliança Baptista Mundial; Federação Luterana Mundial; Confederação Metodista Mundial; Aliança Mundial das Igrejas Reformadas; Comissão Mundial dos Irmãos (Quakers); Conselho Ecuménico Consultivo dos Discípulos de Cristo; Conferência Menonista Mundial; Conferência Internacional dos Bispos Vêtero-Católicos; Conferência Mundial Episcopal; As Igrejas Unidas.

Modelos Ecuménicos

Unidade na Diversidade – Proposta do teólogo reformador Oscar Cullman.

«A União das Igrejas é uma possibilidade real» – Modelo dos teólogos católicos Fries e Karl Rahner que advogam a erradicação das impaciências e das resignações do Movimento Ecuménico, defendendo as soluções abrangentes que acautelem o essencial da doutrina e da tradição de cada igreja.

*União de Igrejas do Sul da Índia*¹² – Este modelo propõe o caso exemplar da fusão de Igrejas do Sul da Índia que deram origem a uma realidade eclesial nova, depois do trabalho esforçado de apagamento das tradições de cada uma.

Surgimento tardio de atitudes ecuménicas oficiais por parte da Igreja Católica Romana

Mencionámos algumas iniciativas e documentos que ilustram uma vontade alargada das Comunidades Cristãs de diversas tradições em estabelecer contactos de aproximação, mas as iniciativas da Igreja Católica Romana com verdadeiro impacto institucional no Movimento Ecuménico só começaram pelo *aggiornamento* do Concílio Vaticano II, sendo por isso bastante tardias.

Os primeiros contactos intereclesiais foram, no Catolicismo, recebidos com bastante desconfiança e cepticismo, e isso está bem patente na tomada de posição contra o Movimento Ecuménico, em 1928, pelo papa Pio XI que, através da encíclica *Mortalium animos*, reafirmava a posição, tão tradicionalmente cara, e tardiamente abandonada, pelo Vaticano: «a única verdadeira Igreja é a Igreja de Roma e só nela é possível a salvação pelo regresso de todos ao seu redil.»

No entanto, alguns anos antes, o papa Leão XIII, através da Encíclica *Provida Mater* (de 5 de Maio de 1895) estabelecera um tempo de novena – entre a Ascensão e o Pentecostes – de súplica pela reconciliação entre os cristãos, tendo, dois anos depois (5 de Maio de 1897) estatuído o carácter perpétuo desta novena.

No seguimento desta iniciativa, os anglicanos Spencer Jones e Lewis Thomas Wattson promoveram, em 1908, um oitavário de oração pela unidade dos cristãos, a começar em 18 de Janeiro (Festa da Cátedra de Pedro) e a terminar no dia 25 de Janeiro (Festa da Conversão de São Paulo). Com a posterior adesão de Wattson ao Catolicismo Romano, o oitavário foi adoptado pela Igreja Católica.

¹²Samavesam of Telugu Baptist Churches, instituída em 1962, com sede em Nelore (Sul da Índia) que, em 1980, reunia 515 igrejas baptistas independentes que ali estavam implantadas desde 1836.

Entre os anos 1921 e 1925, em Malines (Bélgica) deram-se encontros aproximativos de Católicos e Anglicanos. Em 1935, o padre católico romano Conturier (1851-1953), pioneiro do ecumenismo católico – «ecumenismo espiritual» – conseguiu a aceitação da fórmula oratória: «*Que chegue a unidade visível do Reino de Deus, tal como Cristo quer, pelos meios que Ele quiser*», a ser proferida na Semana da Oração pela Unidade dos Cristãos, pelos participantes das tradições Calvinista, Luterana e Católica.

Apesar destes ventos de mudança de atitude, no entanto, a convocação do Concílio Vaticano II, que João XXIII designou de Ecuménico, foi reunido com a assistência de observadores das outras confissões cristãs, mas o texto preambular explicita as reservas com que foi feito esse convite, pela forma de tratamento reservado aos observadores, pois chama-lhes «irmãos separados» que permanecem em atitude herética por recusarem a obediência ao Romano Pontífice.

Com a criação do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, em 1960, e ainda com João XXIII, talvez se tenha dado um passo importante, mas o papa que se lhe seguiu, Paulo VI, em 1964, promulgou o decreto conciliar – *Unitatis redintegratio* – sobre o Ecumenismo, em que reconhece que:

- o movimento ecuménico é fruto da graça do Espírito Santo;
- o carácter ecuménico é essencialmente espiritual;
- o olhar da Igreja é especialmente dirigido às Comunidades Eclesiais separadas da Sé Apostólica – Ortodoxos e Protestantes;

estabelecendo, no entanto, bem determinados limites na participação dos Católicos nesse Movimento, e deixando a recomendação:

«Os fiéis da Igreja católica, prudente e pacientemente, trabalhem sob a vigilância dos pastores [...] se congreguem numa única celebração da Eucaristia e na unidade de uma única Igreja. Esta unidade, desde o início Cristo a concedeu à sua Igreja. Nós cremos que esta unidade subsiste indefectivelmente na Igreja católica, e esperamos que cresça de dia para dia, até à consumação dos séculos»¹³.

E, em 1969, quando visitou a sede do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra, fez questão em deixar bem sublinhado que a visita era de cortesia – talvez de trabalho – e não de adesão ao Movimento.

As relações intereclesiais e inter-religiosas mereceram vários capítulos de diversos documentos conciliares. Destacamos, abaixo, alguns dos mais significativos, de que excluímos os do decreto conciliar *Unitatis Redintegratio*, pois, por se tratar de um documento exclusivamente destinado a tratar essas relações, guardámo-lo para parte final para uma análise mais pormenorizada.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, no seu cap. II.15, reconhece que:

«A Igreja vê-se ainda unida, por muitos títulos, com os baptizados que têm o nome de cristãos, [...] existe uma certa união verdadeira no Espírito Santo, o qual neles actua com os dons e graças do Seu poder santificador, chegando a fortalecer alguns deles até ao martírio. Deste modo, o Espírito suscita em todos os discípulos de Cristo o desejo e a prática efectiva em vista de que todos, segundo o modo estabelecido por Cristo, se unam pacificamente num só rebanho sob um só pastor.»

¹³ Decreto conciliar *Unitatis Redintegratio*, c. I, n. 4.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, em Conclusão.92, propõe que:

«[...] reconhecendo toda a legítima diversidade, promovamos na própria Igreja a mútua estima, respeito e concórdia, em ordem a estabelecer entre todos os que formam o Povo de Deus, pastores ou fiéis, um diálogo cada vez mais profundo. [...] Abraçamos também em espírito os irmãos que ainda não vivem em plena comunhão connosco. [...] Voltamos o nosso pensamento para todos os que reconhecem Deus e guardam nas suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo franco nos leve a todos a receber com fidelidade os impulsos do Espírito e a segui-los com entusiasmo.»

O Decreto *Christus Dominus*, no cap. II.16, aconselha os bispos para que:

«estendam o seu amor aos irmãos separados, recomendando também aos fiéis que os tratem com grande delicadeza e caridade, e favorecendo o ecumenismo, como o entende a Igreja.»

O Decreto *Presbyterorum Ordinis*, no cap. II.9, exorta os presbíteros para que:

«segundo as normas sobre o ecumenismo, não esqueçam os irmãos que não vivem em plena comunhão eclesial connosco.»

O Decreto *Optatam totius*, no cap. V.16, impõe que, na formação pastoral:

«sejam os alunos levados a conhecer mais perfeitamente as igrejas e comunidades cristãs eclesiais separadas da Sé Apostólica de Roma, para que possam concorrer para a restauração da unidade de todos os cristãos, segundo as normas deste sagrado Concílio.»

O Decreto *Orientalium Ecclesiarum*, em Conclusão.30, lembra que:

«Todos os cristãos, orientais e ocidentais, são vivamente exortados a que façam fervorosas, frequentes e mesmo quotidianas orações a Deus para que, com o auxílio da Santíssima Mãe de Deus, todos sejam um.»

O Decreto *Ad Gentes*, no cap. II.16, diz que os missionários:

«devem ser educados no espírito de ecumenismo e convenientemente preparados para o diálogo fraterno com os não-cristãos.»

O Decreto *Apostolicam Actuositatem*, no cap. V.27, refere:

«O comum património evangélico, e o dever comum do testemunho cristão que daí nasce, aconselham e com frequência exigem a colaboração dos católicos com os outros cristãos. [...] Os valores humanos comuns pedem com frequência uma cooperação semelhante dos cristãos, que procuram fins apostólicos, com outros que, embora não professem a religião cristã, reconhecem, contudo, esses valores.»

O Secretariado para a Unidade dos Cristãos, em 1970, publicou *Reflexões e Sugestões sobre o Diálogo Ecuménico*, como ponto da situação do esforço ecuménico.

Paulo VI, na linha das decisões do Vaticano II, instituiu diversos grupos de trabalho com preocupações de carácter ecuménico:

- Secretariado para a Unidade dos Cristãos;
- Secretariado para os Não-Cristãos;
- Comissão para o Diálogo com os Judeus;
- Secretariado para os Não-Crentes.

Posteriormente, os documentos papais foram abandonando, a pouco e pouco, algumas expressões, como «irmãos separados», e adoptando a designação de «Igreja» para as outras confissões cristãs, ou ainda, «irmãos de outras comunidades cristãs». Sendo de assinalar, também, algumas mudanças na interpretação do papel dos Sínodos dos Bispos em detrimento do antigo Colégio Cardinalício, subliminarmente expressa na Exortação Apostólica *Pastores Greges*, publicada na celebração dos 25 anos de Pontificado de João Paulo II.

Perante os materiais investigados, suponho que, esgotadas que ficaram as expectativas proporcionadas pelas iniciativas de aproximação, os primeiros passos já foram dados. E já há resultados: estabeleceram-se algumas plataformas de entendimento, essencialmente de carácter tático; ficaram a conhecer-se melhor as posições e as oposições e mais ainda o valor relativo das mesmas.

Penso que, a partir daqui, se esboçarão outras iniciativas que enformarão outros modelos para esta caminhada, o que podemos inferir das palavras de Konrad Raiser (pastor da Igreja Evangélica da Alemanha e secretário-geral cessante do Conselho Mundial de Igrejas), quando diz:

«O Movimento Ecuménico é mais amplo do que as relações entre igrejas como entidades organizadas, ele estende-se além dos limites constitucionais do CMI.»

e propõe que

«os objectivos ecuménicos se alcancem com a cooperação de uma grande diversidade de interlocutores além das igrejas institucionais».

Parece-me de vital importância realçar que alguns documentos das Igrejas cristãs tenham adoptado um discurso de compreensão e de conformismo acerca do que podem esperar uns dos outros, principalmente no que respeita às expectativas dos sectores mais conservadores, quanto a «regressos», a «fusões», e ter-se, finalmente, aceite que a Verdade não é património particular, mas um Dom a partilhar por todos, cada um com as suas especificidades e carismas próprios. João Paulo II, dirigindo-se aos Ortodoxos, no encontro anual que mantém com o Patriarcado Ecuménico de Constantinopla, dizia em Junho de 2003:

«Há sempre uma maneira para andar em frente se estamos empenhados em fazer a vontade de Deus para a unidade dos seus discípulos. Devemos prosseguir nos nossos esforços, reforçar o nosso desejo de unidade e não descurar nenhuma oportunidade para avançar para a plena comunhão e cooperação, apresentando sempre a Deus, na oração, as nossas necessidades, as nossas esperanças e os nossos fracassos, a fim de que nos possa curar com a sua grande misericórdia.»

UNITATIS REDINTEGRATIO

Decreto Conciliar sobre a Unidade

Para o Movimento Ecuménico Mundial este foi o documento do Concílio Vaticano II, em que foram depositadas, sem dúvida, as maiores expectativas. Aguardava-se o arrojo dos padres conciliares tão promissores nos discursos e nos documentos que publicaram nos tempos que antecederam o Concílio; aguardava-se com esperança esse *aggiornamento* prometido por João XXIII, e de que era sinal forte a inclusão, nas Congregações gerais, de nomes de teólogos pouco «ortodoxos» e «avançados» teologicamente, até há pouco excluídos do ensino oficial da Igreja e «aconselhados» ao silêncio; mas, ao mesmo tempo, temia-se a frustração por expectativas não correspondidas e pela possibilidade de acontecer a perda de uma grande oportunidade histórica para a Igreja Católica e para a unidade dos cristãos de todo o mundo. Foi nesta ansiedade que surgiu o presente documento, entendido como um temerário avanço para uns e de reduzidas dimensões para muitos. Em qualquer dos casos, a história do documento diz-nos que ele foi gerado por parto difícil.

A sua apresentação esteve envolvida em várias peripécias, e a sua história, segundo a linguagem dos padres conciliares, foi «bastante complicada, se pensarmos nas fases por que passou até atingir a sua formulação definitiva», chegando a estar destinado a constituir o capítulo XI da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

Para uma melhor avaliação, basta termos em conta que o material reunido sobre o Ecumenismo e apresentado pelo Secretariado em Junho de 1962 sofreu uma «digestão» prolongada por parte da Comissão Preparatória, que só apresentou para discussão às onze Congregações gerais, a correspondente redacção de «alguns» capítulos, em 1963, tendo merecido, então, 143 intervenções orais e 156 intervenções escritas.

Em Abril de 1964, depois de introduzidas diversas emendas, acrescentos e alterações, foi enviado por Paulo VI, para votação, aos padres conciliares que o votaram em cinco reuniões – de 5 de Outubro a 14 de Novembro de 1964 – durante a 3.^a Sessão conciliar, onde foi votada, a primeira redacção, por 2129 padres (com 2054 *placet*; 64 *non placet* e 11 *nulos*). Submetido novamente a votos em 20 de Novembro, mereceu 2137 *placet* e 11 *non placet*). Tinham, então, decorrido, dois anos e quatro meses, desde a entrada dos documentos.

* * *

Este Decreto está apresentado com um Proémio que define a «Natureza do Movimento Ecuménico», seguido de 3 capítulos onde se apresentam:

- Princípios Católicos do Ecumenismo;
- Prática do Ecumenismo;
- Igrejas e Comunidades Eclesiais separada da Sé Apostólica Romana.

O PROÉMIO, sobre a «Natureza do Movimentos Ecuménico», indica os objectivos do Concílio Ecuménico Vaticano II na área do Ecumenismo e que se resumem à «Restauração da Unidade» de todos os cristãos.

Apona, à partida, o pressuposto em que funda a razão das preocupações acerca da unidade dos cristãos que deve nortear não só as instituições cristãs visadas, mas

todos os cristãos individualmente, cujas separações são causa de escândalo para o Mundo. E esse pressuposto é o de que «Cristo Senhor fundou uma só e única Igreja».

O sinal evidente de que é vontade de Deus a união é lido pela Igreja no movimento conhecido por «ecuménico» – que só pode ter sido suscitado pelo Espírito Santo – que engloba as vontades plurais e diversas de todos os cristãos das mais variadas correntes.

O CAPÍTULO I – *Princípios Católicos do Ecumenismo* – explica o sentido teológico que a Igreja tem do Ecumenismo.

§ 2 – Este sentido consubstancia-se no acto redentor de Jesus Cristo que o Pai enviou ao Mundo (a todo o género humano) para o unificar: «Para que todos sejam um, Pai, em mim e Eu em ti; para que sejam um em nós, a fim de que o mundo creia que me enviaste» (Jo 17,21).

Em sentido sacramental, como meio de realização salvífica, deixou-nos a sua Igreja, instituiu a Eucaristia (em que é significada e realizada a união), legou à humanidade o corpo apostólico-discipular a quem incumbiu do anúncio do amor e prometeu a companhia e a assistência do Espírito Paráclito no trabalho de missão e difusão evangélicos (cf. Mt 28,18-20 e Jo 20,21-23).

§ 3 – Refere o problema das cisões que não podem ser queridas de Deus, pois a Escritura condena-as (1 Cor 1,11ss; 11,18-19; 11,22; Gl 1,6-9).

Reconhece que os abandonos do seio da Igreja Católica não foram só culpa dos que saíram mas também de muitos que ficaram. E adianta que qualquer culpa de separação não deve ser dirigida aos homens de hoje que nasceram e conheceram Cristo no seio dessas Comunidades a que a Igreja Católica quer abraçar com amor fraterno. Embora haja muitos obstáculos a vencer com vista a uma união total, a Igreja Católica tem-nos como verdadeiro Corpo de Cristo e «irmãos no Senhor», em razão do seu baptismo da Fé e, sem dificuldade, vê nas suas «acções sagradas da religião cristã», verdadeira produção «de vida da Graça» e meios de salvação de que o Espírito de Cristo «não recusa servir-se».

Este § 3.º, no entanto, deixa dito que a separação constitui obstáculo forte a uma plena participação da graça santificante de que é depositária a Igreja Apostólica, a quem estão confiados «os bens da nova Aliança».

No § 4, recomenda-se a todos que reconheçam, no Movimento Ecuménico, os sinais de um tempo novo de inspiração pneumatológica.

Como meios a usar, no empenhamento de criar condições de diálogo, recomenda-se, em primeiro lugar, o esforço de todos os fiéis em «eliminar palavras, juízos e acções» que não correspondam a critérios de verdade nem à condição de «irmãos» e que, normalmente, têm contribuído para um relacionamento difícil; em segundo lugar, deve-se acalantar o espírito de diálogo já iniciado e estabelecido pelos contactos anteriores, entre peritos das diversas Igrejas e Comunidades. Desta forma, e paulatinamente, se criarão condições de aproximação que, com os esforços de todos, serão, em clima de abertura e fraternidade, importantes passos na remoção dos obstáculos que têm dificultado a perfeita comunhão eclesial. Recomenda-se que todas as iniciativas por parte dos fiéis sejam prudentes, de forma a acautelarem-se fricções inesperadas e, por isso, devem desenvolver-se sempre sob a atenta vigilância dos seus pastores que poderão promover uma autêntica congregação tendo em vista uma unidade plena numa única celebração Eucarística, tal como desejado, desde o início, por Cristo.

Aconselha-se que os fiéis católicos se empenhem ardorosamente nessa aproximação e que dêem os primeiros passos se for necessário, nunca descurando a preocupação de, com espírito sincero, renovarem tudo aquilo que no próprio seio do catolicismo obscurece a luz do testemunho da «doutrina e dos ensinamentos recebidos de Cristo». Tem-se como pernicioso para o mundo a falta de fervor e empenhamento dos membros da Igreja que devem esforçar-se por cultivar a humildade e a mortificação de Jesus no seu corpo como forma de se purificarem e poderem testemunhar, em união, a Cristo glorioso, «sem mancha e sem ruga».

Deve conservar-se suficiente liberdade de expressão ritual a fim de se preservar a riqueza de património religioso das diversas comunidades e igrejas, inclusive a diversificada elaboração teológica, conquanto se acautele a unidade intrínseca «da verdade revelada» em que sempre pontua a caridade.

Recomenda-se que os católicos reconheçam os aspectos comuns do cristianismo que se encontram no seio de todas as comunidades cristãs, em que se incluem, sobretudo, os testemunhos de Cristo, muitas vezes à custa de perseguições e do martírio. Tudo o que é verdadeiramente cristão, independentemente das instituições eclesiais, deve merecer respeito e ser tomado como edificante para todos, pois só pode ter sido suscitado pela acção do Espírito Santo que actua sem constrangimentos das vontades humanas.

O CAPÍTULO II – *Prática do Ecumenismo* – No § 5, lembra a obrigação de todos – tanto fiéis como pastores – no empenhamento, quer individual quer institucional, no esforço ecuménico.

O § 6 faz alusão à condição da fragilidade humana dos membros da Igreja que sempre se devem manter em atitude de reforma que – sem prejuízo do cuidado que deve envolver os aspectos relativos à essência da fé – vise «restaurar em tempo oportuno» as deficiências internas detectadas, relativas quer à moral, quer à disciplina eclesial, quer ao modo de enunciar a doutrina.

O § 7 pode ser considerado fulcral nesta questão do verdadeiro espírito ecuménico pois foca a indispensável conversão interior. Acrescenta que, só a partir da «renovação interior» (*metanoia*) é possível a estruturação de personalidades abnegadas (despreconceituosas, abertas) que permite espaços para a «libérrima efusão da caridade».

A Igreja reconhece que esta «renovação da mente» (conversão) não está exclusivamente dependente da vontade humana. Por isso, recomenda que «devemos implorar do Espírito Santo divino a graça da sincera abnegação, humildade e mansidão para o serviço, e a fraterna generosidade para com os outros», especialmente por parte daqueles que foram elevados ao patamar das responsabilidades de pastores. Pedir perdão a Deus, aos irmãos separados e perdoar aos que nos ofenderam. Lembra ainda que haverá tanto mais união quanto mais estreita for a comunhão com a Trindade Santíssima, através de uma vida pura e «de acordo com o Evangelho».

§ 8. Este parágrafo alude à necessidade de não só se manterem, mas mais ainda se ampliarem, as ocasiões de oração intereclesial, quer de âmbito privado quer público.

§§ 9, 10 e 11. Tomando como absolutamente essencial para o diálogo, o conhecimento do Outro, recomenda-se que se aprofundem os estudos acerca das realidades das outras igrejas (históricas, espirituais, litúrgico-cultuais ou simplesmente culturais). As reuniões e os encontros são considerados muito importantes como resposta a estes esforços, ao mesmo tempo que constituem ocasiões privilegiadas para também se dar a conhecer o catolicismo e as suas realidades.

No caso do estudo teológico, ele deve ser bem elaborado e evitar todas as abordagens polémicas, «sobretudo em questões que envolvam outras igrejas».

Os aspectos doutrinários devem ser expostos com clareza, evitando o falso «irenismo» (exposição ou discurso de tendência conciliadora) e nunca constituírem obstáculo ao diálogo com os irmãos. «Na comparação das doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou hierarquia das verdades da doutrina católica.»

O § 12 lembra que todos os patamares de entendimento, de colaboração e de relação fraterna, entre todos os cristãos, só por si já constituem sinal de testemunho para o Mundo da unidade de Cristo, e abrem caminho para outros progressos na relação intereclesial.

O CAPÍTULO III – *Igrejas e Comunidades Eclesiais separadas da Sé Apostólica Romana*. O § 13 faz referência histórica às cisões que ferem a história do Cristianismo. Lembra que começaram, com cunho de verdadeira ruptura, em Éfeso [em 431, onde se condenou o Nestorianismo (duas naturezas distintas em Jesus, divina e humana) e se proclamou Maria como *Teotókos*] e Calcedónia [em 451, com a condenação de Êutiques (uma só natureza em Jesus), homem perfeito adoptado por Deus]. Posteriormente, em 1054, a ruptura alargou-se com a separação e excomunhões recíprocas entre os Patriarcados do Oriente (Constantinopla) e do Ocidente (Roma). E teve o seu mais profundo golpe com o movimento da Reforma, no século XVI.

Devido às características, de carácter doutrinal ou disciplinar e ainda outros aspectos como «origem, lugar e tempo», as igrejas ou comunidades separadas apresentam-se aos olhos do catolicismo romano revestidas de identidades bem particularizadas e diferenciadas, pelo que o diálogo ecuménico não pode ser desenvolvido de uma forma homogénea, por parte da Igreja Romana. Distinguem-se, por isso, dois grandes grupos de igrejas separadas:

I – As Igrejas Orientais (Ortodoxos), e

II – As Igrejas separadas do Ocidente (Anglicanos e Protestantes / Evangélicos)

O NÚMERO I e seus §§ 14 a 18 – *Igreja Ortodoxa* – Fazendo memória de uma comunhão histórica que remonta ao princípio do Cristianismo, alude-se à forma como essa comunhão se exercia não só no essencial da Fé partilhada, mas ainda na forma de resolução das dissensões doutrinais ou disciplinares que por vezes surgiam e que, de comum acordo, era confiada à Sé de Roma. Lembra-se, por sua vez, que os dogmas fundamentais da fé cristã – sobre a Trindade e o Verbo de Deus encarnado na Virgem Maria – foram definidos em Concílios celebrados no Oriente. No entanto, a forma de explicar a fé – por circunstâncias diversas e por vezes externas à Igreja – nem sempre se socorriam de um discurso comumente aceite, pelo que acabou por degenerar numa ruptura que, no tempo, não encontrou as personalidades carismáticas e fortes que a evitassem.

A comunhão sacramental preservada, o Credo professado, as manifestações rituais, a riqueza litúrgica de que se revestem e que prevaleceram, além do culto a Maria como Mãe de Deus (consagrado em Éfeso), fundados numa Tradição comum e que mutuamente se reconhece na sucessão apostólica, são hoje considerados como elementos de forte proximidade, a ponto de se aconselhar – «em circunstâncias oportunas e com aprovação da autoridade eclesiástica» – a *communio in sacris*.

Recomenda-se ainda aos católicos romanos que se abeírem com mais frequência

dos ensinamentos dos Padres do Oriente que detêm um vasto e rico património de espiritualidade, especialmente inspirado no monaquismo tradicional.

Muitas das teorizações teológicas que, no passado, eram apontadas como obstáculos de conciliação, revelam-se, à luz dos novos tempos, unicamente como divergências de exposição, mas em perfeita conformidade ou mesmo complementaridade, quanto à essência da verdade revelada.

O NÚMERO II e seus §§ 19 a 23 – *Igrejas e Comunidades Eclesiais separadas no Ocidente* – Quanto às igrejas provenientes da Reforma, o diálogo apresenta-se como um trabalho muito difícil, devido, especialmente, às profusas e diversificadas doutrinas das suas inúmeras comunidades que, por vezes, diferem profundamente, entre si.

O forte desejo de conciliação e de harmonização das relações cristãs, entre estas Igrejas e o Catolicismo romano, aconselha a que se estabeleçam contactos, a partir das relações mais próximas, pela doutrina comum, até às mais afastadas em que as divergências doutrinárias são maiores.

Com agrado, a Igreja romana interpreta sinais fortes de vontade de aproximação, apesar de «existirem não pequenas discrepâncias em relação à doutrina [...] bem como sobre a função de Maria na obra da salvação». A Igreja tem encontrado no estudo bíblico um espaço privilegiado de encontro e de partilha com todos os Evangélicos e considera que a Sagrada Escritura «é um exímio instrumento na poderosa mão de Deus para a consecução daquela unidade que o Salvador oferece».

O Baptismo e o significado da Santa Ceia, considerada como sinal da vida na comunhão de Cristo, de quem «esperam o glorioso advento», são considerados elementos eclesiais absolutamente importantes para o diálogo. Também a vida cristã destes irmãos, alimentada pela fé em Cristo e fortalecida pela palavra da Escritura, devem constituir sinais de conformidade evangélica que ajudem ao diálogo.

E, finalmente, o § 24 recomenda que se olhe para o futuro da acção ecuménica com confiança. Alerta para a insuficiência das capacidades humanas na prossecução dos objectivos de unidade. Adverte para a responsabilidade daqueles que «ponham obstáculos nos caminhos da Providência». Aconselha todos os cristãos a porem nas mãos de Cristo a esperança da reconciliação e da unidade.

Conclusão

Perante a complexa realidade que é a das relações entre Igrejas e entre Religiões, e o desalentador resultado dos esforços, sentimo-nos inclinados a ver no Ecumenismo mais um assunto do âmbito da fé do que propriamente da planificação humana. Passados cerca de cinquenta anos, verificamos que as aproximações entre as diversas igrejas cristãs não são tão significativas como todos desejaríamos, mas impõe-se, talvez, uma séria e legítima interrogação aos critérios que nos levam a ajuizar as insuficiências e também aquilo a que alguns sectores teimam em chamar «becos sem saída». É evidente que ninguém sabe que tempo é necessário para poderem ser substancialmente palpáveis os frutos de tanto esforço, pelo menos os frutos que entendemos serem os que se esperavam.

Algumas pistas de interpretação, no entanto, ajudam-nos a conjecturar, de uma forma obviamente falível e incompleta, algumas apreciações. Supomos que todos os esforços institucionais no caminho do Ecumenismo são indispensáveis, mas, talvez de

nada valham se, a nível subjacente, não estiverem lastrados de razoáveis doses de boa vontade, de respeito, de altruísmo, fortemente permeadas de um autêntico espírito religioso. Nos aspectos de relação, fortemente envolvidos pelas emoções da fé cristã, ocorre-nos, com frequência, o ensinamento de São Paulo, magnificamente expresso na sua inspirada «Carta de Navegação do cristão configurado», que se encontra no capítulo 13 da 1.^a Carta aos Coríntios.

É indispensável que se entendam bem as palavras que antecedem esse anúncio – «Vou mostrar-vos um caminho que ultrapassa todos os outros»:

*«O amor é paciente, o amor é prestável,
não é invejoso, não é arrogante nem orgulhoso,
nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse,
não se irrita nem guarda ressentimento.
Não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade.
Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.
O Amor jamais passará. [...] Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor;
mas a maior de todas é o Amor.»*

porque o Amor é o próprio Deus, como diz João na sua 1.^a Carta (4,16).

Este caminho apontado por Paulo, e em que funda o seu Evangelho, tem de ser despedido de todos os aspectos ou apostilhas de romântico irenismo e de fraternidades mascaradas, para ser verdadeiro. É um caminho encetado a partir de uma proclamação, de um *Anúncio* (Κήρυγμα) que em terreno fértil de despojamento, de pobreza evangélica, tem o *poder* (δύναμις) de dar a *liberdade* (ἐλευθερία), aquela liberdade que quebra as barreiras dos preconceitos, que nos torna *excêntricos* (para fora do nosso eixo umbilical) e *desertores* (para longe das certezas humanas), e que permite a profunda *mudança de mentalidade* (μετάνοια), indispensável para uma *relação íntima* (κοινωνία) de *serviço* (διακονία) desinteressado, ditado pelo amor de Deus em nós.

Portanto, aceitamos que algumas iniciativas tenham chegado a muros que parecem intransponíveis, mas recusamos a ideia de que o poder do Espírito está confinado às impotências humanas, e, por isso, retomamos as esperançosas palavras do pastor Raiser, proferidas em 27 de Agosto de 2003, na sua declaração de despedida:

«Tenho confiança, sobretudo no futuro, porque o movimento ecuménico do qual participamos está definitivamente nas mãos de Deus, e Deus completará o que tivermos de deixar inacabado.»

Achegas Bibliográficas

- HAAG, Herbert, *A Igreja Católica ainda Tem Futuro?*, 2.^a ed., Lisboa, 2001, Editorial Notícias.
- MURCH, James DeForrest, *A Aventura Ecuménica – Uma Análise do Conselho Mundial das Igrejas*, São Luiz do Maranhão, 1963, Livraria Editora Evangélica.
- NAVARRO, Juan Bosch, *Para Compreender o Ecumenismo*, Vila Nova de Gaia, 2002, Editorial Perpetuo Socorro.
- Concílio Ecuménico Vaticano II – *Documentos Conciliares e Pontifícios*, 9.^a ed., Braga, 1983, Editorial Apostolado da Oração.
- Guia Ecuménico – Informações, Normas e directrizes sobre Ecumenismo*, 2.^a ed., São Paulo, 1984, Edições Paulinas.